



**BIBLIOTECAS  
DE LISBOA**

**A TROMBETA LUSITANA**<sup>1</sup> – Trissemanário lisboeta anti-liberal publicado às terças-feiras, quintas-feiras e sábados, entre 14 de Novembro de 1822 e 19 de Junho de 1823<sup>2</sup>, ao longo de 51 números regulares acrescidos de três suplementos<sup>3</sup>, num total de 54 exemplares. Os 12 primeiros números deste jornal tiveram uma segunda edição feita em 1823<sup>4</sup>.

**A Trombeta** era vendida «nas lojas de Lopes na rua do Ouro; Caetano, na mesma; João Henriques, na rua Augusta; Carvalhos aos Mártires, e Pote das Almas; e Caetano Machado Franco na rua da Prata»<sup>5</sup>, ao preço unitário de 60 réis. Os seus responsáveis recusaram sempre a subscrição do jornal por assinatura, sem dúvida porque, devido à sua natureza e tom, temiam a suspensão da publicação a qualquer momento<sup>6</sup>.

As suas regulares quatro páginas (não numeradas) a duas colunas<sup>7</sup> foram impressas, sucessivamente, na Tipografia Patriótica (propriedade de António Joaquim Nery, na Rua Direita da Esperança, 50), do n.º 1 ao n.º 17; na Tipografia de Vitorino Rodrigues da Silva (Calçada do Colégio, 6), do n.º 18 ao 25; na Imprensa Liberal (Rua Formosa, 42), do n.º 26 ao 46; e na Oficina da Horrorosa Conspiração (Rua Formosa, 42, como a anterior), desde o n.º 47 até ao n.º 51<sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> Até ao n.º 8 (de 30 de Novembro de 1822), inclusive, saiu com o título erradamente grafado de *A Trombeta Lusitânia*, o que só seria corrigido ao n.º 9. No entanto, os suplementos aos n.ºs 4 e 6 saíram com o título correto. O erro reapareceria ainda no n.º 12, apenas.

<sup>2</sup> A publicação esteve interrompida entre 1 de Março de 1823 (n.º 46) e 10 de Junho seguinte (n.º 47).

<sup>3</sup> Teve um “Suplemento extraordinário” ao n.º 4 (21 de Novembro de 1822, com 1 página); um “Segundo suplemento à Trombeta Lusitana” ao n.º 6 (26 de Novembro de 1822, 2 páginas); e um “Suplemento à Trombeta Lusitana” ao n.º 13 (12 de Dezembro de 1822, 2 páginas).

<sup>4</sup> Cf. António Xavier da Silva Pereira, *Diccionario jornalístico portuguez*, vol. 1, fl. 619v. A presente coleção disponibilizada na Hemeroteca Digital, e oriunda da Doação Ruela Pombo, compreende exemplares alternados de ambas as edições.

<sup>5</sup> N.º 1, p. [4].

<sup>6</sup> «AVISO // O Redator da Trombeta participa a todos os Srs. que lhe hão feito a honra de escrever pedindo para assinarem, que muito lhes agradece o seu favor; mas que imperiosas circunstâncias o desviam de aceitar assinaturas, a fim de que nunca possa comprometer sua palavra, que preza mais do que todos os tesouros do mundo.» (N.º 27, de 16 de Janeiro de 1823, p. [4].

<sup>7</sup> As exceções a este formato permanente foram os números 5 (de 23 de Novembro de 1822), 32 (de 28 de Janeiro de 1823), 45 (de 27 de Fevereiro de 1823) e 46 (de 1 de Março de 1823), todos com seis páginas.

<sup>8</sup> Para a sucessão pormenorizada das oficinas tipográficas seguimos o apurado por António Xavier da Silva Pereira, na sua obra já citada (vol. 1, fl. 619), embora, para a transição entre a Imprensa Liberal e a Oficina da Horrorosa Conspiração, dada a indicação imprecisa e pouco conforme à lógica que o mesmo faz, tenhamos seguido as indicações contidas no *colofon* da *Trombeta*. Aproveitamos aqui, contudo, a indicação preciosa que Silva Pereira dá, de que estas duas últimas casas «constituem a mesma oficina da qual era proprietário Januário da Costa Neves, oficial da Secretaria Militar do Exército. Teve a denominação de *Imprensa Liberal* até à queda da Constituição, sendo depois mudado o seu título para o de *Oficina da Horrorosa Conspiração*.» (*ibidem*).

## A “CONSPIRAÇÃO DA RUA FORMOSA”

A história d’**A Trombeta Lusitana** começou alguns meses antes da sua saída a público, quando, em Junho de 1822, foi descoberta por Rodrigo da Fonseca Magalhães uma alegada conspiração sediada na Imprensa Liberal da Rua Formosa com vista à preparação do retorno ao regime absolutista, que passaria pela dissolução das Cortes Constituintes, a deposição de D. João VI, a regência de D. Miguel e, possivelmente, pelo assassinato de algumas figuras destacadas do Vintismo. Os contornos e veracidade da conjura — **que ficou conhecida como “conspiração da Rua Formosa”** — e o papel de Rodrigo da Fonseca Magalhães — que parece ter sido protegido pelo Ministro da Justiça, José da Silva Carvalho — nunca foram cabalmente esclarecidos<sup>9</sup>. Mas por ela «foram presos e acusados deste crime o major reformado António Duarte Pimenta, o capitão pagador do 16 Bernardino Rodrigues, Francisco d’Alpoim de Meneses, natural de Braga, Januário da Costa Neves, Joaquim Maria Torres e João Rodrigues da Costa Simões, aprendiz de tipografia e Joaquim da Costa Neves (*Diário do Governo — suplemento ao n.º 129, de 2 de Junho de 1822*). Foram postos em liberdade em virtude do real decreto de 6 de Julho de 1823 que deu como extintas todas as acusações formuladas por motivos políticos, tendo sido Costa Neves e Alpoim de Meneses anteriormente mandados soltar por sentença da Casa da Suplicação que os absolveu daquele crime.»<sup>10</sup>

Como se vê, estiveram envolvidos neste caso **Januário da Costa Neves**, proprietário da Imprensa Liberal onde se acoitava a “conspiração” — e onde, a partir de 14 de Janeiro de 1823, seria impressa **A Trombeta**<sup>11</sup>, que era também de sua propriedade<sup>12</sup> —, e **Francisco de Alpoim de Meneses (1790-187?)**, o qual se revelaria como (um dos) redator(es) deste jornal no seu último número — e estiveram presos por este motivo até, pelo menos, Fevereiro de 1823<sup>13</sup>.

## A TROMBETA “LIBERAL”

A 14 de Novembro de 1822 saiu a público **A Trombeta Lusitana**, com o título encimado pela figura da Fama a empunhar uma trombeta (decorada com a bandeira nacional), ladeada à direita pelos versos «A trombeta escutai dos Lusitanos // E se rouca tocar... tremei tiranos», assinados por “O Trombeteiro”. Era, segundo a “Profissão Política” com que abria o número inaugural, assinada pelo mesmo “Trombeteiro”, **um órgão de defesa da liberdade**, que pretendia resgatar aos impostores que dela se serviam para melhor tiranizar:

---

<sup>9</sup> Sobre esta “conspiração da Rua Formosa”, o papel político que nela jogou Rodrigo da Fonseca Magalhães e a forma como, no decurso do tempo, o seu alegado envolvimento nela serviu propósitos dos seus opositores, v. Maria de Fátima Bonifácio, *Um Homem Singular : biografia política de Rodrigo da Fonseca Magalhães (1787-1858)*, Alfragide: D. Quixote, 2013, *passim*; V. também as peças processuais relativas a esta “conspiração” que ocupam todo o n.º 14 de *A Trombeta Lusitana*, de 14 de Dezembro de 1822.

<sup>10</sup> António Xavier da Silva Pereira, *op. cit.*, fl. 619.

<sup>11</sup> V. *supra*, nota 8.

<sup>12</sup> António Xavier da Silva Pereira, *op. cit.*, fl. 620v.

<sup>13</sup> V. *A Trombeta Lusitana*, n.º 37 (de 8 de Fevereiro de 1823), pp. [1, 2 e 3].

«Liberdade Augusta, dote precioso do primeiro Homem! É por ti que embocamos a Trombeta da verdade; é para conduzirmos a teus altares os desgarrados sacrificadores, que te queimaram incensos impuros e te quiseram vender com negro véu da impostura! Aceita o nosso sacrifício filho da candura de nossos sentimentos. Inspira-nos; dá-nos vigor, e alento, para tocarmos com a maior força a clara Tuba, que vai soar nos horizontes Portugueses, e a cujos sons esperamos reconduzir às tuas Aras os mesmos que delas fugiram. Se por mais tempos desvairados, e frenéticos se obstinarem em se servirem de teu Augusto Nome, para conseguirem suas envenenadas intenções, verás como o estrondo do trovão, soar seta Trombeta, que retumbando do Ocidente ao Setentrião fará tremer todos os tiranos, e os derrubará do novo Trono em que a perfídia os colocou.

E tu, cândida Verdade, recebe a nossa homenagem, aceita os puros votos de um coração livre por sentimento, que só diante da tua sagrada Imagem, saberá queimar incensos, e render vassalagem.»<sup>14</sup>

A pomposidade retórica deste editorial não era totalmente explícita em relação à posição política da *Trombeta*. Seguiu-se-lhe um extenso “Golpe de vista sobre o Estado actual” que era já mais concreto nas apreciações:

«Depois de vinte e um mês, de uma extraordinária Legislatura, apareceu a Constituição de que os Portugueses haviam encarregado seus Procuradores, e Representantes no Congresso de Lisboa. Não intentamos por hora tratar de suas belezas, e defeitos; porque a estação não é própria, e a fresca exaltação das paixões predomina muito. Só lançaremos por agora uma vista séria, e imparcial sobre o estado em que se acha Portugal no fim da primeira Legislatura Constituinte.

*Estado interior.* Subsiste a mesma monstruosa Legislação. Domina ainda, reconhecida pelo Congresso, a mesma odiosa chicana do Foro, isto é a anarquia Judicial, ou a Esfinge devoradora dos Litigantes! Prevalece a mesma desordem, e sistema na arrecadação das rendas públicas, bem como na sua administração! O Comércio, que já se achava em grande decadência, está entrado na escura noite da sua ruína! As Artes, e Manufacturas vegetam na mesma inerme imbecilidade, e não obtiveram um só apoio que as animasse. O Crédito Público pouco se restaurou. O arbítrio da Autoridade não foi suprimido por uma Lei, que o chamasse à responsabilidade! Enfim a Liberdade Civil, pela falta repreensível dessa Lei, ficou sem escudo, e sujeita, como dantes, à infracção! Se a tudo isto juntarmos os enormes abusos que ficaram ilesos, teremos tentação de dizer: *Tudo ficou como antes de 24 de Agosto de 1820.* [...]»<sup>15</sup>

Mais desabrida foi a análise à legislatura constituinte que *A Trombeta* publicou ao segundo número:

«[...] O primeiro Congresso Representante, que teve o Portugal Regenerado, fará uma época separada em os anais das Assembleias Representantes! por as três distintas classes, que nele figuraram, e que não podemos deixar de apontar com as seguintes denominações: a dos Imbecis, a dos Imparciais, e a dos Intrigantes. A dos primeiros ateve-se à dos segundos; e setes deixaram-se arrastar pelos terceiros; isto é, todos franquearam, e cederam à intriga! a primeira era a mais numerosa; a segunda a mais importante; e a terceira a mais diminuta. Dizemos que a primeira era a mais numerosa, porque em todo o tempo da Legislatura, foram muito mais os Deputados que guardaram o silêncio, do que os que falaram; o que bem se pode ver pelos Diários de Cortes! Importante a segunda, porque foi nela que se encontraram os mais sábios, e os mais honrados; mais diminuta a terceira, porque não era composta senão de uma

---

<sup>14</sup> N.º 1, p. [1].

<sup>15</sup> N.º 1, pp. [1-2].

pequena fração, de dez a doze Deputados, que bem conhecidos se fizeram em toda a espécie de discussões, pelo ardor e obstinação com que se empenhavam em fazer passar a sua opinião como doutrina certa. [...]»<sup>16</sup>

Em suma, numa linguagem que se foi tornando progressivamente mais agressiva — e que ao sexto número cristalizara já na sua forma definitiva, longe de algumas “cerimónias” que ainda se revelavam nos primeiros exemplares —, **A Trombeta Lusitana apresentava-se como órgão genuinamente liberal, crítica do caminho percorrido desde 1820 por o considerar corrompido e tendente a nova tirania. Por outras palavras, dava de si a ideia de partidário liberal desiludido com um processo constituinte que ficaria aquém das suas expetativas, e que ao invés de liberalizar caminhava para substituir uma tirania por outra.** Isto, obviamente, sem se mostrar aberta e acerrimamente contra o regime, mas sim contrária ao funcionamento de instituições (a Constituinte, o Parlamento, os Ministérios) e ao desempenho de certas figuras (de que os alvos mais constantes foram o Ministro da Justiça, José da Silva Carvalho; o deputado e, depois, Ministro da Guerra, Manuel Gonçalves de Miranda; Rodrigo da Fonseca Magalhães — os três envolvidos na acusação do caso da “conspiração da Rua Formosa”; e Manuel Borges Carneiro). Este modo integrado, comprometido, mitigado, parcelar de crítica — uma crítica que se pretendia interna ao seu objecto e não exterior se fosse frontalmente oposta — dava ao público uma face da **Trombeta** que ocultava, deliberadamente, os compromissos políticos que se revelariam pelo conhecimento dos seus responsáveis e a sua participação na “conspiração” — não é demais assinalar que a **Trombeta** se manteve anónima até ao n.º 18, de 24 de Dezembro de 1822, quando a revelação de autoria foi feita a instâncias externas.

Neste aspecto, **A Trombeta** não fugia às características genéricas da imprensa anti-liberal que Luís Reis Torgal enunciou:

«O estudo da imprensa contra-revolucionária do período vintista assume, sem dúvida, grande significado entre os temas que merecem a nossa atenção. A sua importância, com efeito, parece-nos fundamental no processo de crise do nosso primeiro ensaio de liberalismo, pois teve o papel de ir criando uma consciência derrotista relativamente às novas instituições e à situação do País, através das suas críticas, das suas insinuações e dos seus boatos. A característica mais proeminente dela é, pois, o pendor combativo. **Os seus jornais e os seus panfletos** — as obras doutrinárias não têm então existência — **raramente apresentam, portanto, um sentido pretensamente objectivo, preferindo utilizar a polémica como arma, embora ela se esconda, por vezes, atrás da ironia e, quase sempre, atrás dos mais firmes protestos de defesa da Constituição e da ordem liberal.** Tomando a iniciativa do ataque ou reflectindo a seu modo os acontecimentos que se passavam na cena política portuguesa favoráveis à oposição ao liberalismo, a imprensa contra-revolucionária teve, na verdade, o papel desmoralizador que as suas intenções exigiam.»<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> N.º 2, pp. [1-2].

<sup>17</sup> Luís Reis Torgal, “A contra-revolução e a sua imprensa no vintismo: notas de uma investigação”, in *Análise Social*, vol. XVI (61-62), 1980, 1º-2º, pp. 284-285, negrito nosso.

É verdade, porém, que esta dissimulação nem sempre foi completa e **A Trombeta** deu o flanco, por vezes, às suas reais motivações: foi assim quando se mostrou solidária com o panfletarista contra-revolucionário Cândido de Almeida “Sandoval”<sup>18</sup>, ou quando, pouco depois de ter elogiado rasgadamente Manuel Fernandes Tomás por ocasião da sua morte<sup>19</sup>, se mostrou contrária à atribuição de uma pensão a sua viúva e filhos contestando a qualificação de Fernandes Tomás pelo Parlamento como “Patriarca da Liberdade”<sup>20</sup>.

**Veiculando uma prosa de qualidade, servida por bastante ironia, A Trombeta era órgão de polémica e comentário centrados nas questões políticas** — no que não se afastava do quadro geral que acima citámos de Luís Reis Torgal. Ao seu número 5, de 23 de Novembro de 1822, inseriu duas secções noticiosas, tituladas “Notícias nacionais” e “Notícias de Espanha”, mas que não eram mais do que comentários estabelecidos a partir da enunciação factual, e não secas notícias de ocorrências. Não deslustravam do tom comentarista geral da publicação e não voltariam nos números seguintes. Da mesma forma, as secções de “Variedades” publicadas nos números 9 e 10 (de 3 e 5 de Dezembro de 1822, respectivamente), preenchidas com poesia de teor satírico, eram apenas instrumentos de crítica política vertida em verso e não rúbricas de amenidades. Neste mesmo décimo número começou **A Trombeta** a publicar resumos das sessões legislativas, que por pouco tempo subsistiram, uma vez que, com certeza, o modelo estrito de sumário não era propício à crítica das actividades parlamentares, a qual, com outro fôlego, podia ser lavrada nos textos “regulares” do jornal.

## **A TROMBETA PERSEGUIDA E REVELADA**

Podemos considerar que o n.º 15 d’**A Trombeta**, publicado a 17 de Dezembro de 1822, **iniciou um novo “modo”, uma nova estratégia de apresentação pública do jornal**. A “conspiração da Rua Formosa” deixara lastro e nunca **A Trombeta** deixara de procurar desagrar nas suas páginas os condenados no seu envolvimento<sup>21</sup>. Contudo, esse desagrar só se podia justificar pela solidariedade, uma vez que o periódico se mantinha anónimo e saía de prelos distintos dos da Rua Formosa. O discurso ameaçador de Borges Carneiro no Parlamento, proferido no dia 11 de Dezembro e transcrito nesse número 15, permitiria à **Trombeta**, entre outras coisas, iniciar uma estratégia pública de vitimização.

«Agora, ou eles, ou nós os Constitucionais: já não há meio termo; nós fomos os provocados, quando a ninguém ofendíamos, e só tratávamos de nos livrar da constante desgraça a que nos reduzia o governo absoluto, e despótico; os que nos governam por direito divino, nos fizeram constantemente desgraçados, e agora ainda nos acometem, quando transigiamos com eles; *pois defaçamo-nos deles, e vamo-nos remediando com os que governam por direito humano*” - Palavras do Deputado Borges Carneiro, na Sessão de 11 do corrente.

---

<sup>18</sup> V. n.º 2, pp. [3-4].

<sup>19</sup> N.º 5 (de 23 de Novembro de 1822), pp. [3-4].

<sup>20</sup> N.º 11 (de 7 de Dezembro de 1822), pp. [1-2].

<sup>21</sup> V. n.º 2, p. [4]; n.º 4, p. [1]; n.º 14.

Esta doutrina não é nova. Bruto a proclamou no Senado Romano, quando Roma se desfez dos seus Reis, pela deposição do último Tarquínio; e seus ecos que o tempo não teve força de apagar, foram passados tantos séculos, repetidos em 1793, na Assembleia Constituinte da exaltada França. Porém nós os Portugueses, que andamos séculos atrasados de toda a Europa, ainda agora tivemos a fortuna de a ouvir enunciar pela boca de tão prudente varão! *Pois defaçamo-nos deles*. Oh! que consumado patriotismo! que puro liberalismo! Eis aqui a gema de todas as ideias liberais! *Pois desfaçamo-nos deles*. [...]»<sup>22</sup>

A seu tempo, com a mudança de circunstâncias políticas, não deixaria **A Trombeta** de retomar as palavras de Borges Carneiro para as voltar contra quem as proferiu, como adiante referiremos. No momento, a ameaça permitiu ao jornal, não só causticar o seu autor, como, no balanço, lançar a suspeita de ser perseguido. Nesse mesmo número 15 fazia o redator um “Aviso essencial”:

«O Redator da Trombeta, participa a seus Concidadãos, que um bando de celerados, comprado por uma facção indigna, o anda provocando por toda a parte de Lisboa. Porém, superior a esta facciosa traição, desde já declara o Red. que cada vez marchará mais ousado pela estrada da honra, e repelirá qualquer força arbitrária, com outra força, se a isso o obrigarem.»<sup>23</sup>

Os acontecimentos posteriores permitiriam que o clamor público de perseguição se consolidasse. Entretanto, fosse porque a honra do redator não resistisse à solitação externa, fosse porque o anonimato da publicação se tornara contraproducente, um responsável da **Trombeta** transigiria em se revelar. Circulando rumores de que o redator do jornal era o general Francisco de Borja Garção Stockler, este enviou carta à **Trombeta** requerendo a confirmação pública da falsidade desses rumores. A resposta — «[...] Vós não deveis acreditar que o judicioso Público desta capital, que hoje perfeitamente me conhece, vos atribua a redação do meu Jornal. [...]» — estava assinada por **Manuel Joaquim da Rosa [e Silva]**<sup>24</sup>. E, ao número seguinte, seria já possível ao redator revelado assumir-se plenamente como vítima:

#### «ACUSAÇÃO DA TROMBETA

Há muito tempo que nós havíamos previsto, que os inimigos da Liberdade, e da Pátria buscariam todos os meios cavilosos, e injustos para nos perseguirem, e impôr silêncio. Primeiramente serviram-se das vias de facto, fazendo-nos esperas de noite para nos assassinar, mas que todas lhe foram frustradas, pelas prudentes medidas que adoptamos. Desesperados enfim de não poderem efectuar as suas pérfidas e homicidas intenções, foram instigados por desvairado frenesi [a] acusar os N.ºs 16 e 17 deste Jornal. Foi Quinta Feira 26 do corrente que esta notícia chegou ao nosso conhecimento, assim como de se haver passado Mandado de prisão contra nossa pessoa. Sempre coerente em nossos princípios de honra, e obediência à Lei, nos dirigimos imediatamente a casa da Autoridade competente para nos instruir da verdade, e entrando no conhecimento de que com efeito se passara Mandado de prisão contra nós; nos despedimos da Autoridade, participando-lhe que íamos dali apresentar-nos ao Carcereiro, para que nos recebesse como preso, e lavrasse o necessário Assento. [...]

---

<sup>22</sup> N.º 15, p. [1].

<sup>23</sup> N.º 15, p. [4].

<sup>24</sup> V. n.º 18 (de 24 de Dezembro de 1822), pp. [1-2].

Declaramos que apesar de nos acharmos em prisão, continuaremos sempre nos dias do costume a advogar a causa da nossa liberdade [...]

MANUEL JOAQUIM DA ROSA  
Redator da *Trombeta Lusitana*.»<sup>25</sup>

De facto, culminando um percurso de agressividade verbal contra pessoas e instituições, **A Trombeta** e o seu redator foram acusados de abuso de liberdade de imprensa nos n.ºs 16 e 17 deste jornal, onde se afirmava estar o rei coagido na sua ação pelos ministros e pelo Parlamento. O seu redator foi preso, juntando-se no cárcere a **Francisco de Alpoim de Meneses** e a **Januário da Costa Neves**, que lá permaneciam em consequência da “conspiração da Rua Formosa”<sup>26</sup>. As vicissitudes deste novo processo dariam matéria para várias páginas da *Trombeta*, até à libertação de Manuel Joaquim da Rosa e Silva, ocorrida a 20 de Fevereiro<sup>27</sup>. O jornal não deixou de se publicar durante o seu cativeiro, fosse porque o próprio continuava a assegurar da prisão as suas funções, fosse porque a redação da *Trombeta* tenha sido nessa fase entregue a **Manuel José Gomes de Abreu Vidal** — indicado como redator principal por António Xavier da Silva Pereira<sup>28</sup> e signatário de uma longa defesa do seu antecessor nos números de 25 e 27 de Fevereiro seguintes<sup>29</sup>.

O número imediato, de 1 de Março de 1823 (n.º 46) seria o único no decurso de mais de dois meses — por decisão judicial, **A Trombeta** foi suprimida e o seu editor preso no Castelo de S. Jorge<sup>30</sup>.

## **A TROMBETA TRIUNFANTE**

No rescaldo da Vilafrancada de 27 de Maio de 1823 — que aboliu a Constituição de 22, colocou D. Miguel no comando do Exército e restituiu a D. Carlota Joaquina as suas prerrogativas —, **A Trombeta** voltou a sair a público, a 10 de Junho seguinte, com o número 47. Retocado o cabeçalho (graficamente idêntico ao anterior) com os versos auto elogiosos «A Trombeta escutai dos Lusitanos, // Que primeira soou contra os Tiranos!», **o jornal mostrava-se exultante com a nova situação política**, assumindo plenamente a orientação que o guiara desde o início:

«Ressurreição da Pátria!!!

Portugueses! Exultemos!! Apareceu enfim aquele suspirado dia da ressurreição política, que eu por tantas vezes vos vaticinei. Ei-lo aí radioso! Enxugai as lágrimas, e levantando vossas puras mãos aos Céus, bendizei o Deus de Afonso, que tão Providente acaba de regular vossos destinos!

Um Rei cativo, a mesma Realeza quasi de todo empolgada pelas garras dos mais fanáticos demagogos de uma democracia desorganizadora, e corrupta: A Religião, esta suave consoladora do Homem, coberta de opróbio, e gemendo vacilante sobre

<sup>25</sup> N.º 19 (de 28 de Dezembro de 1822), p. [1].

<sup>26</sup> V. n.º 37 (de 8 de Fevereiro de 1823), pp. [1, 2 e 3].

<sup>27</sup> V. n.º 43 (de 22 de Fevereiro de 1823), pp. [1-2].

<sup>28</sup> *Op. cit.*, fl. 620v.

<sup>29</sup> N.º 44 (de 25 Fevereiro de 1823), pp. [2-4] e n.º 45 (de 27 de Fevereiro de 1823), p. [6].

<sup>30</sup> Cf. António Xavier da Silva Pereira, *op. cit.*, fls. 619v-620.

suas mesmas Aras: A Honra, esta divisa de um Povo ilustre, perseguida, e condenada a desterro do Coração Português: Enfim, os mais caros laços da sociedade quasi despedaçados! Tal era o ignominioso estado a que nos temos achado reduzidos há quasi dois anos e meio!! Mas não Portugueses, não mançemos a glória de tão elo feito com a detestável lembrança de tão dolorosos acontecimentos, que apenas serão acreditados com horror nas futuras eras da Monarquia Portuguesa!

Ressuscite mais pura, e triunfante de vossos peitos a herança que vossos Pais vos deixaram, a Honra: e lançai o véu do esquecimento sobre o passado, formai uma invisível barreira em volta do Trono, abençoai, e obedecei ao Magnânimo Rei, que dignamente o ocupa, e confia de seus Paternais Desvelo, vossos futuros destinos. VIVA O REI! VIVA SUA AUGUSTA FAMÍLIA!»<sup>31</sup>

Aspecto menor, mas não negligenciável: era tal o sentimento de triunfo, que a própria Imprensa Liberal donde saía *A Trombeta* desde Janeiro anterior — ambas com proprietário comum — mudou de nome para “Oficina da Horrorosa Conspiração”, em homenagem satírica à conjura onde tudo se iniciara, ou, talvez, em evocação garbosa (mas verdadeira?) ao seu passado conspirativo<sup>32</sup>. O entusiasmo foi seguido de perto pelo incitamento à vingança. A ameaça de Borges Carneiro, em finais do ano anterior, não fora esquecida, e era agora retribuída com violência detalhada. No número 48 (de 12 de Junho de 1823), em texto titulado “Ou Eles ou Nós”, começava o redator por dizer que a mais urgente atenção do Governo deveria ser dedicada ao «*exterminio da odiosa facção maçónica*», indicando em seguida os nomes que deveriam ser arrolados nessa leva. E proferia:

«Nada, nada, agora repito eu o que dizia o doido nessa furta de canalhas, que zurravam nas *Necessidades = Agora ou eles ou nós!* Os Processos estão feitos em bela letra redonda, forcas a prumo, e *pedreiros* acima; vamos a ver quem vence, se eles a conspirarem contra o Trono, e Religião, se nós a enforcarmos neles às dúzias por dia. Se não há carrascos bastantes, a artilharia não está encravada, é enfileirálos, e metralha neles. Se querem ver fazer isso limpamente desse poder ao Trombeteiro, e verão como antes de um mês dormem todos os bons Portugueses muito descançadamente em suas casas, sem o menor receio de revoluções maçónicas.»<sup>33</sup>

Para rematar, o número 49 procedia a uma extensa demonstração da ilegalidade da convocação das Cortes Constituintes e da Constituição que delas saiu<sup>34</sup>. Os dois exemplares seguintes do jornal, 50 e 51, ostentavam já no *colofon* a licença da Comissão de Censura, no que não poderia deixar de ser um revés para quem tanto se queixara da coacção à imprensa sob a ordem constitucional.

Fosse por esta patente contradição entre as denúncias passadas e a situação a que estava submetida sob um regime que promovera, fosse por razões menos flagrantes, a despedida da *Trombeta* foi feita na página final do número 51, de 19 de Junho de 1823, em prosa lacónica do seu último redator:

---

<sup>31</sup> N.º 47 (de 10 de Junho de 1823), p. [1].

<sup>32</sup> V. *supra* nota 8.

<sup>33</sup> N.º 48, pp. [3-4].

<sup>34</sup> V. n.º 49 (de 14 de Junho de 1823), pp. [1-2].



«Despedida.

É este o meu último N.º. Não posso continuar a escrever, porque não posso violentar o meu carácter. Advoguei constante, a Causa da Honra, constante serei em segui-la. Ao depôr a pena, sinto magoar-se o meu coração; e se algum dia tornar a lançar mão dela, para o mesmo objeto, continuarei a mostrar-me digno da estima pública.  
F.[rancisco] de A.[lpoim] de M.[eneses]»

## **A TROMBETA CONTINUADA**

Saiu a público em Londres, em Janeiro de 1836, uma *Trombeta Lusitana* que se reclamava continuadora da sua homónima lisboeta. Mantinha com esta a mesma orientação política, o mesmo formato e o mesmo cabeçalho, apenas este retocado com a nova epígrafe «Outra vez despertar, ó Lusitanos // Da Trombeta ao clangor! — Guerra aos tiranos»<sup>35</sup>. Para além destes elementos, é possível que ambas tenham tido um redator comum, fosse ele Francisco de Alpoim de Meneses<sup>36</sup> ou, mais provavelmente, **Duarte Gorjão da Cunha Coimbra Botado**, dado como um dos mais assíduos colaboradores da *Trombeta* de 1822-23<sup>37</sup>.

Por Pedro Teixeira Mesquita

Lisboa, Hemeroteca Municipal, 10 de Março de 2014.

## **BIBLIOGRAFIA**

BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *Um Homem Singular : biografia política de Rodrigo da Fonseca Magalhães (1787-1858)*. Alfragide: D. Quixote, 2013.

*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédica, Lda., 1978.

MALTEZ, José Adelino – *Tradição e Revolução : uma biografia do Portugal político do século XIX ao XXI*, vol. 1, (1820-1910). Lisboa: Tribuna da História, 2004.

PEREIRA, António Xavier da Silva – *Diccionario jornalístico portuguez* [Recurso eletrónico]. Lisboa: Academia das Ciências, 2009.

---

<sup>35</sup> Cf. António Xavier da Silva Pereira, *op. cit.*, vol. 1, fl. 620v, e vol. 3, fl. 1536.

<sup>36</sup> Como é indicado no catálogo de *Publicações periódicas portuguesas existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (1641-1910)*, p. 249.

<sup>37</sup> Cf. bibliografia indicada *supra* na nota 35. No seu *Dicionário Bibliográfico Português*, Inocêncio menciona uma *Trombeta Lusitana* publicada em 1828 «com igual título, mas ao que parece por diferentes colaboradores» (tomo 6, p. 22). Não encontramos confirmação desta existência.

*Publicações periódicas portuguesas existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (1641-1910)*. Coimbra: B.G.U.C., 1983.

TORGAL, Luís Reis – “A contra-revolução e a sua imprensa no vintismo: notas de uma investigação”, in *Análise Social*, vol. XVI (61-62), 1980, 1<sup>o</sup>-2<sup>o</sup>, pp. 279-292.

SILVA, Inocêncio Francisco da – *Diccionario bibliographico portuguez*, tomo 6. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862.